

O que muda na economia de 82? Por enquanto, nada.

É a palavra do secretário do Ministério da Fazenda. Por Fábio Pahim Jr., enviado especial.

"As regras da economia para 1982 não deverão ser muito diferentes das de 1981", afirmou ontem, em Foz do Iguaçu, o ministro interino da Fazenda, Carlos Viacava, na abertura solene do XV Encontro das Finanças. Em seu pronunciamento, iniciado quase às 22 horas, o secretário-geral do Ministério da Fazenda disse que a política econômica em 1981 procurou estimular a poupança e principalmente equilibrar o balanço de pagamentos, bem como reduzir a inflação.

Segundo Viacava, o superávit na balança comercial deste ano atingirá um bilhão de dólares, e a inflação ficará certamente abaixo dos 100%.

"A fase mais difícil da inflação — afirmou — terminou em fevereiro/março de 1981, quando se chegou a uma inflação potencial de 7 a 8% ao mês, ou 140% em bases anuais, contra 5% ao mês ou 80% anuais, neste final de ano. É um processo firme e seguro. A tendência do balanço de pagamentos e da inflação deve ser mantida."

Segundo Viacava, o consumo foi prejudicado em 1981. As financeiras nos doze meses terminados em setembro, expandiram seus créditos de somente 45%, contra uma expansão de 91,5% nos empréstimos do conjunto do sistema financeiro nacional. O mesmo ocorreu com a captação de recursos, segundo Viacava, a qual atingiu no mesmo período, 47,7% das letras de câmbio, percentual inferior até ao do crescimento dos depósitos à vista, que chegou a 57,3%.

Antes, o ministro interino da Fazenda dissera aos jornalistas que o governo está estudando a hipótese de que as financeiras tenha acesso a recursos externos, pelo mecanismo da Resolução - 63. Viacava reconheceu que as financeiras foram duramente atingidas em 1981, mas considerou que 1982, deverá ser um ano um pouco melhor.

A chegada difícil

O XV Encontro das Finanças, poderia ter sido encerrado antes da hora: o avião da Vasp fretado para transportar os participantes da reunião, que já saíra com 90 minutos de atraso de Congonhas, quase não desceu no aeroporto de Foz do Iguaçu. Por imperícia, o comandante escolheu a pista errada e manteve apreensivos os 158 passageiros que embarcaram em São Paulo, entre os quais os presidentes das associações de financeiras paulistas (Américo Oswaldo Campiglia) e cariocês (Germano de Brito Lira).

Recuperando-se a tempo de evitar um choque com outro avião, que esperava na pista, e superada a turbulência que já impedira o voo direto de São Paulo para Foz (foi feito escala em Curitiba), esses 158 participantes do Congresso acabaram desembarcando — às 17h, sem tempo de assistir à palestra na qual Costa Cavalcante elogiou o sistema financeiro e seu apoio à construção de Itaipu.

Talvez as apreensões com o voo tenham ocupado mais tempo dos congressistas do que as teses do encontro:

"Há uma sensação de déjà-vu" — afirmou o diretor de uma instituição bancária, para quem o passeio a Foz, "para ver Sete Quedas — antes que acabe", é tão importante quanto discutir questões técnicas.

Mas João Uchoa Borges, vice-presidente da Acrefi, manifestou sua crença em que espera, do Banco Central, a liberação das financeiras do limite de crédito para operar. Ou seja: as financeiras seriam liberadas para emprestar, o que não adiantaria muito, porém, pelo menos este ano.

19 NOV 1981
Fórmula da Tarde

Poucos negócios

Até agora, as financeiras não estão conseguindo emprestar o que desejariam, nem o que podem. Seus dirigentes têm plena consciência de que não há tomadores suficientes para pagar juros que, grosso modo, situam-se entre 160% e 300% ao ano, conforme sejam linhas para automóveis novos, usados, eletrodomésticos ou crédito pessoal.

Paralelamente, os prazos de financiamento reduziram-se drasticamente em relação aos tempos da euforia do consumo. O prazo médio chegou a superar dois anos, e agora aproxima-se dos seis meses, ou pouco mais. E os negócios das financeiras reduziram-se muito, só sendo compensados pelo aumento do lucro, em face da liberação dos juros, aliada à limitação dos empréstimos, que elevam as taxas. Estudo divulgado pelo congresso mostra que as letras de câmbio, em julho último, representavam somente 5% do total dos ativos financeiros, contra 10% em dezembro de 1976 e 15% em dezembro de 1971.

A reunião que começou ontem em Foz e que termina amanhã espera facilidades do governo, "embora não reivindicuem subsídios" — o que aliás está escrito em uma das teses do encontro. Uma dessas facilidades seria a eliminação dos limites do crédito, que, entretanto, precisaria estar incluída numa definição maior do governo. As outras instituições não pediriam a mesma coisa, se o governo concordar?

Outra ideia é permitir que as financeiras possam trazer recursos externos, o que ajudaria o balanço de pagamentos no próximo ano. No mais, as propostas são semelhantes às dos congressos anteriores, a começar pelo pedido de que as financeiras possam financiar capital de giro, agora só para pequenas e médias empresas, até o valor de 5.000 O R T N's (cerca de Cr\$ 6 milhões). Ou então a permissão para que acabem os limites para financiar prestação de serviço e refinanciar arrendamento mercantil — modalidades que poderiam permitir o aumento dos negócios e que representam saídas quando há menos consumidores dispostos a pagar os juros elevadíssimos do CDC (Crédito Direto ao Consumo).